

RECURSO ESPECIAL Nº 1.711.957 - SC (2017/0304353-0)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : MARCIA APARECIDA SERVERIO
ADVOGADOS : RICARDO ZEN - SC011754
ALESSANDRO VASSON - SC026659
RECORRIDO : BANCO RCI BRASIL S.A
ADVOGADO : UÉSLEM MACHADO FRANCISCO E OUTRO(S) -
SC028865

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. MORA REGULARMENTE CONSTITUÍDA. PRECEDENTES. REVISÃO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por MARCIA APARECIDA SERVERIO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que, ao negar provimento à apelação, manteve a sentença que julgou procedente o pedido inicial para, nos termos do art. 3º do DL 911/69, tornar definitiva a posse do bem descrito na exordial. O acórdão foi assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. COMPROVAÇÃO DA MORA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ENVIADA PELO CARTÓRIO AO ENDEREÇO DA RÉ. RECEBIMENTO PELA DESTINATÁRIA. VALIDADE. CONSTITUIÇÃO EM MORA DEVIDAMENTE COMPROVADA. OBSERVÂNCIA DO ARTIGO 2º, § 2º, DO DECRETO-LEI N. 911/1969. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação ao art. 2º, § 2º, do do Decreto-Lei 911/1969 e à súmula 72/STJ, ao fundamento de que "(...) ausente a comprovação de entrega da notificação (...) por documento hábil em seu endereço, nem tampouco foi demonstrado o protesto do título vencido, não está comprovada a mora, pressupostos essenciais à constituição e ao desenvolvimento válido e regular

do processo de busca e apreensão (...)" (e-STJ, fl. 171).

Contrarrrazões às fls. 204/207 (e-STJ).

É o breve relatório.

Decido.

Inicialmente, registra-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ.

No que se refere à validade na notificação extrajudicial, o Tribunal de origem, soberano na análise do conteúdo fático-probatório, asseverou o seguinte:

(...)

Inicialmente, registre-se que a mora é pressuposto essencial para o desenvolvimento válido e regular da ação de busca e apreensão, sendo, desta maneira, indispensável a sua comprovação antes do ajuizamento da ação.

É o que estabelece a Súmula 72 do STJ:

A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.

Ainda, conforme estatui o § 2º do art. 2º do Decreto-lei n. 911/69, com a alteração introduzida pela Lei n. 13.043/2014, "A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário".

Desta forma, a simples carta registrada com aviso de recebimento é prova hábil para propor a ação de busca e apreensão da coisa alienada fiduciariamente, sendo dispensada, inclusive, a notificação pessoal.

(...)

No presente caso, a notificação extrajudicial enviada via cartório pela instituição financeira autora afigura-se apta a demonstrar a constituição em mora da ré, uma vez que foi entregue no endereço indicado no contrato (fl. 41) e restou recebida por ela (fls. 47/48).

Portanto, por restar devidamente comprovada a prévia constituição em mora da ré, a manutenção da sentença é medida que se impõe.

Nesse contexto, conforme referido, não há como acolher a pretensão recursal, pois a orientação manifestada pelo acórdão recorrido efetivamente não vulnera o disposto no art. 2º, § 2º, do DL 911/69, alterado pela Lei 13.042/14, que é claro e auto explicativo.

Este o teor do art. 2º do DL 911, com a sua redação dada pela Lei 13.043/14:

Art. 2º *No caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o proprietário fiduciário ou credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver, com a devida prestação de contas.*

§ 1º *O crédito a que se refere o presente artigo abrange o principal, juros e comissões, além das taxas, cláusula penal e correção monetária, quando expressamente convencionados pelas partes.*

§ 2º *A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário. (...)*

Esta é a expressão da jurisprudência atualizada desta Corte Superior:

ARRENDAMENTO MERCANTIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR, NA ORIGEM, CONFIRMADA PELO COLEGIADO. OFENSA AO ART. 557 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. MORA EX RE. INADIMPLEMENTO OCORRE NO VENCIMENTO DA PRESTAÇÃO CONTRATUAL.

NOTIFICAÇÃO. DECRETO-LEI N. 911/1969. DEMONSTRAÇÃO DA MORA. PODE SER FEITA MEDIANTE PROTESTO, POR CARTA REGISTRADA EXPEDIDA POR INTERMÉDIO DO CARTÓRIO DE TÍTULOS OU DOCUMENTOS, OU POR SIMPLES CARTA REGISTRADA COM AVISO DE RECEBIMENTO. EVOLUÇÃO DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL, PARA SE AMOLDAR ÀS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELO LEGISLADOR.

1. A mora é causa de descumprimento parcial dos contratos de arrendamento mercantil e verifica-se quando o devedor não efetua pagamento no tempo, ou lugar convençionados. Com efeito, a mora constitui-se *ex re*, isto é, decorre automaticamente do vencimento do prazo para pagamento, motivo pelo qual não cabe qualquer inquirição a respeito do montante ou origem da dívida, para a aferição da configuração da mora.

2. Orienta o enunciado da Súmula 369/STJ que, no contrato de arrendamento mercantil (*leasing*), ainda que haja cláusula resolutiva expressa, é necessária a notificação prévia do arrendatário para constituí-lo em mora. Contudo, cumpre ressaltar que essa notificação é apenas, a exemplo dos contratos garantidos por alienação fiduciária, mera formalidade para a demonstração do esbulho e para propiciar a oportuna purga da mora (antes do ajuizamento da ação de reintegração de posse).

3. Por um lado, a própria redação atual do art. 2º, § 2º, do Decreto-Lei n. 911/1969 é expressa a respeito de que a mora decorre do simples vencimento do prazo para pagamento. Por outro lado, conforme a atual redação do mencionado dispositivo, promovida pela Lei n. 13.043/2014, o entendimento até então consagrado pela jurisprudência do STJ, acerca da necessidade de notificação via cartório, foi considerado, por própria opção do legislador, formalidade desnecessária.

4. Consoante a lei vigente, para a comprovação da mora, basta o envio de notificação por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante no referido aviso seja a do próprio destinatário. Com efeito, como não se trata de ato necessário para a caracterização/constituição da mora - que é *ex re* -, não há impossibilidade de aplicação da nova solução, concebida pelo próprio legislador, para casos anteriores à vigência da Lei n. 13.043/2014.

5. Com efeito, a demonstração da mora em alienação

fiduciária ou leasing - para ensejar, respectivamente, o ajuizamento de ação de busca e apreensão ou de reintegração de posse - pode ser feita mediante protesto, por carta registrada expedida por intermédio do cartório de títulos ou documentos, ou por simples carta registrada com aviso de recebimento - em nenhuma hipótese, exige-se que a assinatura do aviso de recebimento seja do próprio destinatário.

6. Recurso especial provido. (REsp 1292182/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 29/09/2016, DJe 16/11/2016)

Equivocada, pois, a afirmação da recorrente acerca da indisponibilidade do aviso de recebimento da notificação extrajudicial aos autos, já que o acórdão recorrido, em consonância com o entendimento do STJ, foi enfático ao consignar a aptidão da notificação, enviada ao endereço correto e recebida pessoalmente pela devedora, à constituição em mora.

Ademais, qualquer conclusão em sentido contrário ao que ficou expressamente referido pelo acórdão recorrido demandaria a incursão no contexto fático-probatório contido nos autos, procedimento vedado em sede especial, a teor da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator